

TURISMO COMO APORTE AO AVANÇO DO CAPITAL NA VILA DE ITAÚNAS/ ES E A CULTURA COMO EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA.

Tourism as a Contribution to the Advancement of Capital in Village Itaúnas/ ES and Culture as Expression of Resistance.

El Turismo como Contribución al Progreso de la Capital, en la Aldea de Itaúnas en/ES y la Cultura como una Expresión de la Resistencia.

Maria A. de Sá Xavier

Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia-UFES, bolsista Capes – 2014/2016
E-mail: airamsaxavier@gmail.com

Telma Bittencourt Bassetti

Professora/pesquisadora no Departamento de Turismo e Patrimônio, UNIRIO.
E-mail: telmabbassetti@hotmail.com

RESUMO

O artigo trata do turismo como aporte ao avanço do capital, com foco na comunidade tradicional de Vila de Itaúnas. Objetivamos reflexão, seguida de discussão sobre a cultura local enquanto resistência ao processo de implantação do turismo hegemônico sol e mar. Utilizamos metodologia exploratória e levantamento dos temas pertinentes à discussão, seguido de releitura de pesquisa etnogeográfica, sendo seus dados empíricos empregados para análise, e após discussão e conclusão. Argumentamos o Ticumbi como Instituição Social local, sem apropriação turística, contudo há elementos necessários à formação dos arranjos produtivos de base comunitária postos em sua espacialidade organizacional cotidiana.

Palavras-chave: Turismo, Resistência cultural, Vila de Itaúnas.

Artigo recebido em: 21/08/2014

Artigo publicado em: 18/12/2014

ABSTRACT

The article discusses how the tourism contribution to the advancement of capital, focusing on traditional community of Vila Itaúnas. We aim reflection, followed by discussion about the local culture while resistance deployment process hegemonic tourism sun and sea. We use exploratory methodology and survey of topics relevant to the discussion, followed by rereading ethnogeográfica research, and its empirical data used for analysis, and after discussing the issue. We argue Ticumbi as the local Social Institution without tourist appropriation, there is however necessary elements for the formation of productive arrangements of community basis stations in your everyday organizational spatiality.

Keywords: Tourism, Cultural Resistance, Village Itaúnas

RESUMEN

Este artículo trata de turismo como contribución a la promoción de la capital, con un enfoque de comunidad tradicional de Vila Itaunas. Nuestro objetivo es reflexionar, seguido de una discusión de la cultura local mientras que la resistencia a los procesos de implantación hegemónica del turismo sol y el mar. Hemos utilizado la metodología y estudio exploratorio de las cuestiones pertinentes para

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFES
Agosto-Dezembro, 2014
ISSN 2175 -3709

el debate, seguido de la lectura de la investigación etnogeográfica, siendo sus datos empíricos utilizados para el análisis, y después de los debates y conclusiones. Sostenemos la Ticumbi como una institución social, sin propiedad turística, sin embargo, hay elementos necesarios para la formación de acuerdos productivos basados en la comunidad en su espacialidad organizacional cotidiana.

Palabras clave: Turismo, resistencia cultural, Vila Itaúnas

INTRODUÇÃO

1- Este fato ocorreu na região da baía da Ilha Grande, abrangendo principalmente Paraty e Angra dos Reis. Região chamada de “Costa Verde” e que comporta grande complexo turístico. Sobre os detalhes do impacto em relação ao “lugar” conferir os trabalhos de Diegues e Nogara (1999) e Xavier (2004).

Turismo, entendido nos dias atuais como a organização das viagens programadas, pode ser definido como um fenômeno social produzido pela sociedade que surge no final do século XIX a partir das conquistas trabalhistas relacionadas, sobretudo, ao direito ao descanso pós-trabalho. Trata-se de um fenômeno social complexo em processo de investigação, cujo desdobramento se dá na fragilidade de um conceito único que possa defini-lo. Discutiremos este assunto melhor adiante.

É preciso frisar que neste artigo trataremos o turismo como uma atividade econômica e, também, como uma prática social. Enquanto atividade econômica submetido ao capital, seleciona lugares e tudo o mais que possa se tornar mercadoria ao consumo turístico. Reproduzindo o modelo hegemônico do turismo voltado para o consumo do sol e do mar, coloca os lugares com essas características no alvo do processo de apropriação pelo capital, na medida em que os torna mercadoria. Neste processo sol, mar e cultura são tornados atrativos para o consumo turístico.

Por todo o Brasil ainda é possível encontrar comunidades ditas tradicionais de pescadores artesanais que sobrevivem dos recursos extraídos do mar, o que inclui as condições para reprodução da vida em todos os âmbitos da vida cotidiana. Entendemos a categoria comunidades tradicionais ou povos tradicionais, segundo Decreto nº 6.048 de 27 de fevereiro de 2007, do governo federal que as define como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (...). (BRASIL, 2007)

O turismo encontra nesses espaços litorâneos as condições próprias para sua reprodução em escala ampliada. Isso por que, frequentemente o processo passa pela apropriação da renda da terra, bem como de suas atividades cotidianas, que acabam sendo transformadas em mercadorias para consumo turístico. Como exemplo do fato, podemos citar a clássica expropriação da terra dos caiçaras do litoral sul do estado do Rio de Janeiro na década de 1970, por grileiros, e que provocou a expulsão de muitas famílias de pescadores de suas praias, seu lugar¹. Este fato ocorreu na construção da BR 101 sul, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Nessa década, a então EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) encomendou um projeto de turismo como o objetivo de racionalizar as implantações turísticas no futuro traçado da BR 101.

Seguindo este pensamento, o capital, por meio do turismo, vem se apropriando de lugares de grande beleza paisagística, como praias, enseadas e sacos, e, desta maneira, desarticulando as atividades econômicas consideradas tradicionais. A ação se dá a partir da especulação imobiliária pelo controle da renda da terra e da organização dessa mesma terra em função do turismo. Esse modelo hegemônico de turismo “sol e mar” se impõem com violência, posto que suscite, muitas vezes, a expulsão da população residente de sua terra. Assim, a comunidade (quando existe) se vê obrigada a buscar outros espaços para reprodução de sua vida cotidiana, ou, quando organizada politicamente, luta pela manutenção da terra e, consequentemente, pela gestão do turismo local. Como exemplo podemos citar os arranjos produtivos locais de base comunitária, definidos por Coriolano (2009, p. 29) como sendo “respostas locais, derivados de fatores históricos que concentraram, num mesmo território, micro e pequenas empresas de subsistência (setor informal), por vezes familiares, com baixa competência técnica, comercial e gerencial que, via de regra, produzem basicamente os

mesmos produtos”. Trata-se de organizações de resistência ao turismo, que se impõe com a força do capital. Nessa direção, podemos dizer que quanto mais organizada politicamente a comunidade estiver, no sentido de lutar pela manutenção de suas terras, mais chances essa comunidade tem de se beneficiar, de alguma maneira, com o turismo.

É nesse sentido que este artigo objetiva provocar uma reflexão e uma discussão sobre o papel das comunidades e povos tradicionais, que através de seu *ethos* cultural, considerado aqui um capital simbólico², apresenta-se como resistência ao processo de implantação do turismo. Este enquanto atividade econômica assentada em um sistema de mercado capitalista cuja essência é produzir desigualdade, e desagregação. Para tanto usamos a metodologia exploratória, onde, num primeiro momento fizemos uma explanação dos temas circundantes, com intuito de dar embasamento à proposta reflexiva. Em um segundo momento, realizamos uma nova leitura da pesquisa etnogeográfica de Xavier (2009) empreendida junto aos comunitários da área urbana do distrito de Itaúnas – conhecida como Vila de Itaúnas – Conceição da Barra, Espírito Santo. Os dados empíricos da pesquisa referida foram empregados como suporte analítico, e em seguida discussão do tema. Importante salientar que apenas abrimos o debate, sem esgotar assunto tão rico, mas colocamos em relevo questões pertinentes e os autores que tratam dos temas, informando as bases.

Desenvolvimento e Breve Discussão

O turismo em sua forma de atividade econômica está assentado em um sistema de mercado capitalista sujeito à sua lógica e mazelas, como já dissemos. De outro lado, enquanto prática social envolve o deslocamento de pessoas no tempo e no espaço, mas não só isso. Podemos dizer que o Turismo é uma atividade marcada, desde a sua origem, pelo casamento entre viagens e lazer. Isso explica o lazer como pilar das viagens organizadas, muito embora outros deslocamentos no tempo e no espaço também possam ser considerados turismo. Daí as múltiplas modalidades apropriadas pelo mercado no sentido de organizar, também, esses deslocamentos: turismo de negócios, de eventos, de melhor idade, etc.

Dois aspectos importantes sobre o turismo não podem ser desprezados: não há turismo sem que haja turistas; e, sem que haja deslocamento de pessoas no tempo e no espaço. Assim, na complexidade que envolve a construção de uma definição séria sobre essa atividade, é preciso considerar que: enquanto uns realizam lazer, outros trabalham para que este lazer se realize. Obviamente estamos nos referindo aos lugares organizados para o turismo. Essa relação dialética da atividade levou o “mundo do turismo” a considerar a atividade como uma indústria sem chaminés. Equivocadamente relacionando a atividade à prestação de serviços. No entanto, nas palavras de Lefebvre,

“o turismo é considerado uma indústria, porque os lazeres entram assim na divisão do trabalho social, não só porque o lazer permite a recuperação da força de trabalho, mas também porque passa a haver uma indústria dos lazeres, uma vasta comercialização dos espaços especializados, uma divisão do trabalho social projetada no território, e que entra na planificação global.”(LEFEBVRE, 1977, p. 247).

Muito embora o texto seja da década de 1970, trata-se da desconstrução de um clichê usado no “mundo do turismo” até os dias de hoje. Lefebvre está se referindo à produção do espaço, mais especificamente à re-produção das relações sociais de produção de maneira ampla. Segundo Lefebvre (2008), vincular a produção do espaço, de maneira geral, e do espaço urbano em particular, à reprodução dos meios de produção tendo em vista a força de trabalho perdeu o seu sentido com o fim do capitalismo concorrencial. O que significava reproduzir materialmente os meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo de produtos a partir de sua compra no mercado. Na visão deste autor, o espaço era apenas funcional e instrumental e a cidade tinha por função principal, dentre outras, a de consumo, complementar à produção. Em sua argumentação Lefebvre (2008) diz:

a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* (grifo do autor) muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, (...), através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008, p.48).

2- No sentido de Bourdieu (1989), que entende por esse termo não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social.

3- *Espaços turistificados são espaços produzidos para usos específicos destinados ao lazer. Não elimina, entretanto, as contradições relacionadas ao cotidiano.*

4- *Essas questões foram mais profundamente discutidas num artigo intitulado "Contradições do Turismo na Sociedade de Consumo", por Santos (2010).*

5- *Sobre essa discussão, conferir Santos (2009).*

O autor supracitado está apontando o espaço como essencialmente ligado à reprodução das *relações sociais* de produção. Não ao conceito de modo de produção, que no olhar do autor, foi reduzido e engessado a um sistema que destruiu a perspectiva de Marx. E Lefebvre (1977, p. 233) ainda informa que a sobreposição do modo de produção às *relações* de produção como coerência à contradição, essa atitude de uma "prática teórica tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que sucede e o que procede desses conflitos". Mas, o esforço de Lefebvre (1977) está no sentido de afirmar que não há um sistema acabado, antes, caminha na direção da sistematização, da coerência e da coesão, incluindo aqui a dialética, a partir das relações de produção e das suas contradições. Em outros termos, trata-se "da capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos". (LEFEBVRE, p. 238, 1977). Desta maneira que, na análise do autor, o capitalismo transformou os elementos da sociedade (a cultura, os lazeres, o conhecimento, o cotidiano) apropriando-os para o seu uso. O capitalismo não subordinou apenas a si próprio, setores exteriores e anteriores, mas produziu setores novos transformando o que existia, remanejando as organizações e as instituições correspondentes. É o que se passa, na perspectiva de Lefebvre (1977), com a arte, com o saber, com os lazeres, com a realidade urbana e com a realidade cotidiana. Lefebvre elucida seu argumento a partir da devastação de obras e estilos e sua transformação em objetos de produção e de consumo ditos culturais. No entender do autor,

a produção capitalista retoma estes estilos como restituição e reconstituição, como "neo" isto ou "neo" aquilo, como obras de elite e produtos de alta qualidade. Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às "clientelas"), o espaço transforma-se na sede do poder.

(LEFEBVRE, 1977, p. 247).

Nesta direção, um espaço homogêneo e desarticulado englobando uma produção em seu sentido mais amplo: a produção de *relações sociais* e re-produção de determinadas *relações*, "é nesse sentido que o

espaço inteiro torna-se o lugar dessa re-produção, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc". Chamamos atenção para os espaços de lazeres, espaços turistificados³, e seu papel na re-produção das relações sociais de produção. Para Lefebvre (2008), os espaços de lazeres são dissociados da produção, de tal maneira que parecem, em um primeiro momento, como espaços independentes do trabalho e, portanto, livres. Contudo, estes espaços encontram-se fortemente ligados aos setores do trabalho no consumo organizado e no consumo dominado. Isso porque os espaços de lazeres são, também e ao mesmo tempo, espaços da vida cotidiana. Por isso Cruz (2007, p.6) afirma que "viver é sempre mais que simplesmente fazer turismo ou receber turistas".

Ainda para Lefebvre (2008), embora aparentemente separados da produção, esses espaços estão atrelados ao trabalho produtivo, embora sejam considerados lugares da recuperação⁴. **Nas palavras do autor,**

tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. (...) São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. Tudo isso se lê nesses espaços, mas com dificuldades, pois o texto e o contexto estão embaralhados (como num rascunho). (LEFEBVRE, 2008, p.50).

Com a força da repetição argumentamos que uma das especificidades relacionadas ao turismo diz respeito ao *espaço*. Isso porque o turismo é uma prática social cooptada pelo mercado que tem no *espaço* seu principal objeto de consumo, inserindo o espaço enquanto mercadoria no circuito das trocas. Consumo do e no espaço. Para entender o turismo enquanto atividade produtiva do espaço e sua relação com a apropriação da renda da terra para sua reprodução em escala ampliada é necessário, ainda, outra abordagem, que se segue⁵.

Durante a transição do feudalismo para o capitalismo, em que as relações de trabalho camponesas foram desaparecendo diante do avanço das indústrias, houve quem temesse que o capitalismo avançasse de tal maneira em um processo inextinguível, que todas as relações sociais não capitalistas de produção (incluindo aqui o trabalho camponês) desapareceriam

diante desse processo. Rosa Luxemburg (1969), atenta sobre a expansão do capitalismo em termos globais, sua reprodução em escala ampliada e seus desdobramentos, defendeu a idéia (1985), de que o desenvolvimento do capitalismo em última instância não resultará na supressão de modos não-capitalistas de produção, de maneira a integrar países e modos distintos de produção. Para Luxemburg (1985) quanto mais o capitalismo avança se aproximando do momento em que todo o globo se tornará capitalista, contraditoriamente, mais esse ritmo diminui na medida em que, ele mesmo, produz relações sociais não-capitalistas de produção. Vejamos o porquê.

Luxemburg (1985) argumenta que a produção capitalista não está limitada à produção de mercadorias cujo objetivo principal seja a satisfação de necessidades de consumo, nem tampouco se trata de produção mercantil, mas de produção capitalista. Isso porque a produção capitalista não é uma produção voltada para a satisfação de necessidades, mas para a produção de valor, logo de mais-valia. Nesta direção, tudo o que for passível de se produzir mais-valia, lucro, valor, será alvo do capital. Lembrando que o capital só entra quando há garantia de lucro. É preciso considerar que as relações de valor dominam totalmente tanto o processo de produção quanto o processo de reprodução. A autora segue argumentando que, em termos capitalistas, a produção ampliada significa incremento de produção de mais-valia. De fato, a produção de mais-valia se processa enquanto produção de mercadorias, ou seja, enquanto produção de objetos de consumo, o que inclui os objetos simbólicos, tais como os lazeres, as festas, sejam elas religiosas ou não; tudo o que seja possível de se tornar espetáculo. Contudo, é somente na reprodução que esses dois aspectos, capital e mais-valia, voltam a diferenciar-se tendo como elemento de distinção as variações da produtividade do trabalho. Para o que nos interessa aqui, a contribuição de Luxemburg (1985) diz respeito ao fato de que a mais-valia está na reprodução ampliada do capital, enquanto que, com base nas relações de produção não capitalistas, há produção ou acumulação de capital. Essa afirmativa aponta para o fato de que, segundo a autora, a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não-capitalista. Assim,

o capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas - que constituem o meio histórico de acumulação do capital -, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades (LUXEMBURG, 1985, p. 251).

Para Luxemburg, o capital, para desenvolver-se, necessita inclusive de formas não-capitalistas de produção. No entanto, isso não se dá aleatoriamente. Nas análises dessa autora, o capital necessita de camadas sociais não-capitalistas para incrementar a reprodução de mais-valia, posto que essas sociedades atuam como fontes de aquisição de seus bens e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. Sendo assim, as formas de economia natural, cujas bases estão assentadas em uma produção que se destina à satisfação de suas próprias necessidades, em que as formas de produção de cunho econômico-natural estão fundamentadas no vínculo com os meios de produção e com a mão-de-obra, impossibilitam ao capital realizar tais objetivos. Isso porque o capital precisa separar meios de produção do trabalho. Quando isso não acontece há um impedimento para que ele se estabeleça. Dessa forma, uma vez que o trabalho de comunidades tradicionais pescadoras estabelece como base de sua organização econômica a sujeição dos principais meios de produção, terra e força de trabalho, ao direito e à origem. Estas relações, experiências de economia dita natural por Luxemburg (1985), cria sérias dificuldades às exigências do capital, que depende da separação do trabalho dos meios de produção, de maneira a se apropriar de um e/ou de outro. É por isso que, conclui Luxemburg (1985, p. 254), o capitalismo, em qualquer parte, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas, com as quais pode vir a deparar-se: se opõe à escravatura, ao feudalismo, ao comunismo primitivo e à economia camponesa patriarcal. E ainda, segundo a autora, "os principais métodos dessa luta são a violência política (revolução, guerra), a pressão fiscal do estado e o barateamento das mercadorias, que ora caminham juntos, ora se sucedem ou se apoiam reciprocamente". O mecanismo descrito pela autora supracitada, embora se refira à acumulação expandida, recu-

pera o que Marx chamou de acumulação primitiva do capital. No entanto, Harvey (2004) chama atenção para o fato de que a acumulação primitiva se deu em um determinado momento histórico, o qual diz respeito à transição do feudalismo para o capitalismo. Assim, este autor argumenta que, embora o mecanismo utilizado pelo capital para expandir-se em escala ampliada tenha as mesmas características da acumulação primitiva, uma vez que essa última já tenha ocorrido, assume a forma de reprodução expandida e de uma acumulação via espoliação. Para esclarecer Harvey aponta que:

A sobreacumulação é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. (HARVEY, 2004, p. 124).

Harvey (2004) é cuidadoso ao afirmar que a acumulação primitiva, que abre caminho para a acumulação expandida é diferente da acumulação por espoliação. Isso porque, embora a essência seja a mesma no que diz respeito à mercantilização e privatização da terra e subsequente expulsão da população de direitos de propriedade (comum, coletiva, etc) e do uso dos recursos comuns, o tempo histórico de cada uma das formas acima citadas são diferentes. A argumentação do autor supracitado diz respeito a um movimento contraditório que o capital realiza, por ocasião de sua sobreacumulação, para expandir-se em escala ampliada. E ainda, que este movimento, o qual Harvey (2004) chama de imperialismo, é contraditório porque recupera aspectos originais de sua expansão relacionadas ao colonialismo, no que diz respeito à apropriação de recursos, por exemplo. O esforço de Harvey (2004) vai além de uma luta resistente contra o avanço do capital e manutenção dessas organizações sociais isoladas do processo social/sociedade como um todo. Antes, o esforço do autor caminha na direção de perceber a necessidade de uma organização política que possa lidar com o sistema de mercado sem sucumbir a ele, mas, sobretudo, tirar proveito dele. Assim, o capital, por meio do turismo, pode ser um veículo de melhoria

de condição de vida se limitado em seus anseios violentos de mecanismos de ação. Neste caso é que os arranjos produtivos de base comunitária tornam-se relevantes, uma vez que se aproximam muito do que Coriolano (2009, p. 283) está chamando de turismo comunitário. Esta autora define o turismo de base comunitária como sendo "aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo". Diferente dos arranjos produtivos locais, os quais, embora sejam definidos pela união de um determinado grupo localizado em um determinado território por um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais; incluem, em sua grande maioria, a presença de empresas, produtores de bens e serviços fiscais, fornecedores e equipamentos e outros insumos.

A principal diferença entre o turismo comunitário e os arranjos produtivos locais é, sobretudo, a presença da comunidade organizada em prol da defesa das propriedades, preservação de suas terras, não se desfazendo delas (prevalecendo valores locais como espacialidade, territorialidade). No turismo comunitário os residentes (neste caso, a comunidade) possuem o controle produtivo da atividade turística desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Nessa direção, podemos dizer que há nesse processo uma resistência frente o processo de avanço do capitalismo. Enquanto sistema de mercado, todos estamos sujeitos a essa lógica do capitalismo, no entanto, é possível, enquanto resistência, não estar subjugado por ele.

Assim, não podemos afirmar que o *modus vivendi* das comunidades tradicionais de pescadores no litoral brasileiro, mais especificamente na Vila de Itaúnas, segundo a pesquisa etnogeografia de Xavier (2009), seja definido como relações sociais não capitalistas de produção em sua totalidade. Entretanto, nessa primeira aproximação, podemos afirmar que se trata, antes, da expropriação do trabalho como consequência da expropriação da terra. É preciso considerar que a relação entre os pescadores e o mar não está reduzida apenas a uma questão de sobrevivência. Mas, há toda uma territorialidade construída com o mar a qual diz respeito ao *ethos* local, a um conjunto de valores culturais que formam a identidade e seu vínculo de pertencimento ao lugar, o que inclui suas atividades religiosas e de lazer,

as quais, em sua maioria, andam juntas.

O capital, por meio do turismo globalizado tem na especulação imobiliária, e, como consequência, no controle pela renda da terra, uma de suas primeiras ações, ao se impor enquanto atividade produtiva. Outra ação do capital a ser considerada é a apropriação das atividades de lazer cotidianas transformadas em consumo turístico. No caso da Vila de Itaúnas o forró, é uma atividade cotidiana de lazer que vem sistematicamente sendo transformada em atrativo turístico. Muito embora a vila tenha, também, como possibilidades de atrativos o Parque Estadual, bem como suas dunas de areia, alagados, praias e fragmentos de mata atlântica. No entanto, nem um desses elementos naturais que conformam a paisagem, consideradas do ponto de vista do juízo de valor, espetaculares, interessa ao capital. É preciso considerar que o capital só entra quando há garantia de lucro. E, no caso de Itaúnas, a configuração da praia não atende ao paradigma universal para investimento de capitais, o que inclui mar azul, sem ondas e grandes faixas de areia para a construção de resorts e grandes empreendimentos hoteleiros. Isso porque, é sabido que o modelo hegemônico do turismo trabalha com a idéia da padronização dos espaços para uso do lazer. Importante considerar que o estabelecimento do Parque Estadual Itaúnas - PEI, limitou a ocupação da praia por quiosques. Assim, a cultura, representada pelo modo de vida em Itaúnas, sobretudo no que diz respeito às suas práticas de lazer, nesse caso o forró, se tornou o melhor atrativo, do ponto de vista do capital.

Retomando nossa análise, não podemos deixar de considerar que, nas palavras de Marx, "a renda da terra varia segundo a fertilidade da terra, seja qual for o seu produto, e segundo a localização, seja qual for a sua fertilidade" (MARX, 2008, p. 63). E, ainda, como dissemos, por tudo o que o mar provoca no turista enquanto paisagem para consumo. O turismo globalizado, quando se impõe, desarticula as atividades produtivas tradicionais, seja pela sedução que exerce nos pescadores pela possibilidade de ganhos rápidos e mais altos do que a pesca pode proporcionar, seja pela expropriação da terra, e como consequência disso, o distanciamento desse sujeito social do mar. Para exemplificar, focamos na Vila de Itaúnas, onde os agentes sociais tem uma forte relação com os santos católicos, com a paisagem, com o mar, com o entorno, com o lugar e entre si. Sabendo que o Ticumbi⁶

se apresenta como uma Instituição Social, e como tal organiza o calendário, os festejos religiosos, o tempo, o trabalho, as relações cotidianas da comunidade - através da forma da dádiva ou dom (conf. XAVIER, 2009, 2012). Argumentamos que a manutenção da propriedade da terra nas mãos da comunidade passa também a ser um ato de resistência, posto que sua identidade esteja fortemente ligada ao seu processo espacial - territorial, sendo que suas expressões culturais configuram forte capital simbólico, social. Daí é que podemos dizer que essas territorialidades, como horizontalidades, impedem, ou causam incômodo, a ação vertical do capital especulativo, mas favorece a manutenção das atividades produtivas tradicionais, bem como a autonomia sobre a vida e sobre o turismo, que passa a ser realizado em outras bases, agora comunitário (nas suas formas criativas).

Seguindo este caminho do pensamento, podemos citar Coriolano (2010), sobre a apropriação do litoral nordestino, cujas mercadorias são o sol e o mar:

"A revalorização do litoral nordestino para o lazer e o turismo, pela reestruturação capitalista, ampliou a disputa desse espaço para novos usos, e fez dele a principal mercadoria imobiliária. Ocorreu a transformação da costa nordestina, segregando e expropriando populações ditas nativas ou tradicionais em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística que se apropria dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos". (CORIOLANO, 2010, p.277).

Não podemos afirmar que na Vila de Itaúnas o turismo seja organizado em sua totalidade como sendo comunitário, embora haja indicadores de que a percepção quanto à importância do controle da terra, dos bens simbólicos, pela comunidade local venha crescendo. Mas podemos inferir que o Ticumbi, enquanto Instituição Social, territorial, com um sistema hierárquico bem marcado e articulado, se apresenta como um forte ato de resistência, inclusive político. A organização política da comunidade para manutenção da terra, bem como de suas atividades cotidianas que envolvem o lazer e suas práticas religiosas, todas elas apropriadas pelo turismo para consumo, também podem ser consideradas como resistência, é o que veremos a partir do estudo etnogeográfico do Ticumbi como expressão de espacialidade na comunidade na Vila de Itaúnas, Conceição da Barra, Espírito Santo.

6- O Ticumbi é um congo diferenciado do norte do ES, que pode ser definido como um folguedo ou dança, sendo composto por um determinado número de integrantes e se realiza em comemoração a São Benedito. Como Instituição Ticumbi entendemos o complexo ritual no sentido de Alves (1980): Jongo, Congo, Reis de Bois, Alardo, Pastorinhas e Artes de curar.

A Vila de Itaúnas: Uma Breve Descrição.

A paisagem da pequena Vila de Itaúnas pode ser descrita como um lugar bucólico e calmo, onde a vida segue por entre seu arruamento de chão batido e areia, entre pequenas casas coloridas, pousadas pitorescas, alguns bares, modesto comércio local, uma picoleteria, uma igreja matriz com seu mastro de São Sebastião, um posto de saúde, uma praça adornada por um tronco de Pequi Vinagreiro⁷. Nesta praça, crianças brincam soltas, sem medo de carro, correndo atrás de bola, realizando brincadeiras em grupo. Um pescador conserta sua rede, e o cotidiano desliza devagar com as pessoas construindo suas trilhas de vida⁸ ao mesmo tempo em que constroem o espaço.

Seus caminhos entrecruzados dão sua forma aos espaços. Eles unem lugares, e assim, criam a cidade por meio de atividades de movimentos diários. (...) os espaços particulares da cidade são criados por uma miríade de ações, todas elas trazendo a marca da intenção humana – retórica pedestre. (HARVEY, 2005, p. 197)

Este cenário em tela é da Vila em baixa temporada, uma descrição. Em dias de feriados, e alta temporada – verão e inverno, a Vila se transforma em local com intenso turismo desordenado. Que Vila é essa?

Itaúnas localiza-se ao norte do município de Conceição da Barra, ES, fazendo divisa com o estado da Bahia, e compõe um território com cerca de 2.800 habitantes, distribuídos entre área rural e urbana. A área urbana concentra cerca de 1.500 habitantes, segundo o Parque Estadual Itaúnas (PEI- DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL, 2000), sendo que em alta temporada chega a receber 60 a 70 mil turistas. O distrito é composto de três localidades rurais: Riacho Doce (que faz limite com Bahia); Paulo Vinha (assentamento rural) e Angelim (um território de remanescentes de quilombos). É banhada pelo rio Itaúnas, que lhe empresta o nome. O vocábulo Itaúnas tem origem em “itá, o que é duro, a pedra, a rocha” e “uma, um adjetivo negro, preto, escuro” (FERREIRA, 2002) – Itaúnas significa “pedra preta” e estas dão cor escura às águas do rio. Negra também são as itaúnas que afloram na praia, usadas como um “protetor” para a entrada e saída dos barcos pesqueiros, além de ser um atrator⁹ de peixes, um *pesqueiro* natural.

Na sua história a Vila guarda um elo étnico e cultural com os índios botocudos que habitavam a região de todo o Vale do Rio Doce, representantes dos tupiniquins que viviam da caça, da pesca e agricultura, e oferecia forte resistência à ocupação do branco, nos séculos XVI a XIX. Outro elo importante se apresenta com a cultura afro-descendente, pois no século XIX, o porto do município de São Mateus (ES) foi um grande recebedor de africanos escravizados, que eram redistribuídos por comércio para a comarca de Porto Seguro, província de Vitória e ou Rio de Janeiro (JOCAIB, 2005, FERREIRA, 2009). Sabe-se pelos trabalhos de Ferreira (2009), que, nestes termos, havia muitos negros em quilombos na região do município de São Mateus, Conceição da Barra e adjacências. Essa herança híbrida étnico-cultural de índios, negros e brancos aparece em toda a *paisagem conivente*¹⁰ (uma paisagem de afetividade, carregada de valores signícos) da Vila Itaúnas. Essa paisagem nem sempre será percebida num primeiro olhar, num olhar de um turista em estado de passagem¹¹, entretanto, se demora um pouco mais, já poderá perceber. Na narrativa poética de Elisa Lucinda vamos encontrar: “se eu passar mais de 24 horas num lugarejo com amor, viro nativa, avó, parteira e vizinha”¹². Ocorre que há algo na paisagem, que salta aos olhos, pois está referenciado como uma marca-matriz, quer dizer, marca de uma cultura e matriz de identidade da mesma cultura, segundo Berque (2004). Assim sendo a fé religiosa do catolicismo – está representada pela igreja matriz de São Sebastião, e pelo mastro do mesmo santo (catolicismo oficial); imbricada com a religiosidade afro-brasileira – representada pelos grupos de Congo do Ticumbi e pela igreja não-oficial de São Benedito (catolicismo popular). Esta fé é marca identitária da comunidade, e está indissociavelmente ligada ao seu território, vindo desde a Vila Antiga, como dizem os seus habitantes mais antigos. Veremos como isso se deu.

A Vila tem um histórico interessante com um *antes* e *depois* de um soterramento. Conta-se que a Vila Antiga situava-se na restinga, entre o rio Itaúnas e o mar. Por algum motivo e de acordo com várias lendas, neste trecho a vegetação original foi retirada. Com a areia solta, e ação dos ventos nordeste e sudeste inicia-se o soterramento da Vila Antiga na década de 1950. O provável início do soterramento em 1925, e 1956 o soterramento parcial da Vila. Em 1960 a nova Vila de Itaúnas

7- Um geossímbolo da Vila, que lembra também um espaço-tempo. Sobre o conceito, cf. Bonnemaison (2002).

8- No melhor estilo descrito por Harvey (2005).

9- *Atrator* é um termo da Biologia Marinha, e se diz daquele obstáculo no mar, que ao romper com a monotonia do azul, serve como atrativo e esconderijo para peixes.

10- Ver Bonnemaison (2002) sobre *paisagem conivente*, Corrêa (2008) e Xavier (2009, 2012).

11- Para contrastar com o estado de comunidade em que se encontram os atores locais.

12- Cf. Lucinda (2007, p. 67)

passa a ser construída, e o soterramento da Vila antiga é consumado na década de 1970 (FERREIRA, 2002). O *acontecimento* soterramento deixa como legado as dunas móveis, os alagados e a Vila atual com seu arruamento. Os comunitários informam que, desde sempre a Vila teve um ambiente religioso forte, marcado por suas festas religiosas, sendo a principal a de São Benedito e São Sebastião (19 e 20 de janeiro). Este esse último padroeiro da Vila. Na interpretação da pesquisa de Xavier (2009), o Ticumbi na Vila de Itaúnas, está para além de apenas um *folk* (folclore), ele é reconhecido como uma Instituição Social – uma associação hierárquica, portanto política, com forte traço religioso do catolicismo popular e cultura afro-brasileira. Através da fé de seus participantes, expressa sua identidade nos encontros de congos, que se manifestam em comemorações, ensaios, rituais e festejos. Essa Instituição Social organiza o cotidiano e todo o calendário da comunidade na Vila, em oposição ao calendário turístico organizado em função da sazonalidade turística que tem como principal atrativo o forró. Podemos inferir que se as instituições têm uma historicidade, a ponto de organizar o calendário, elas também têm uma espacialidade e funcionam como um controle social – opera uma territorialidade, inaugura um território.

Os Festejos Devocionais: Homens, Deuses e Santos no Ticumbi.

O homem é um ser festejante, e, portanto, festivo, e a festa é o ápice no seu sentido simbolizante e ritualístico. O ser humano necessita da festa: *“Vivir su vida es la cotidianidad del hombre; distanciarse de sua vida, la fiesta.”*(MARQUARD, 1998, p.360) Além de ser atitude celebrante, devocional, a festa tem forte fator identitário, um integrador do corpo social e por isso um regulador de conflitos sociais, uma grande catarse da inovação socioespacial (DI MÉO, 2001).

A festa devocional, neste caso, assume a função de juntar os disjuntos, aproximar os devotos em comunhão na celebração, e demarcar um tempo/espço como sagrados – a experiência da hierofania, onde homens, deuses e santos dançam juntos (ELIADE, 1991, ROSENDAHL, 2001, CORRÊA, 2008). Na Igreja católica ofi-

cial há dois santos festivos e brincalhões: São Gonçalo e São Benedito. No caso, São Benedito, o santo mouro, negro e cozinheiro, adotado por todos os grupos de congos do Brasil (GABARRA, 2006). Na Vila, em seus festejos e ensaios há sempre fartura de alimento para os participantes¹³, cantoria, brincadeira, alegria e dança. Na continuação do festejar, ao final de cada ensaio é realizado um *forró* onde os participantes passam toda a noite, até o dia seguinte, e não há distinção de classe, ou idade, etnia, pois esses bailes configuram-se como uma confraternização única. É preciso considerar que o forró em Itaúnas aparece como atividade de lazer de tamanha importância que foi incorporada ao cotidiano da vila. Não só como desdobramento dos festejos do congo, limitada à comunidade sem participação do turista, mas, sobretudo, como atividade de lazer que ajuda a construir a identidade da vila. O turismo se apropriou dessa atividade de lazer cujo desdobramento foi transformar a Vila de Itaúnas em referência no que diz respeito ao forró em toda região sudeste. Voltaremos a falar sobre isso mais adiante.

Como num cenário que se abre, podemos apresentar o Ticumbi como um congo com danças rituais marcadas, sendo a música cantada em forma de desafios – a narração de uma disputa de dois reis africanos – Rei de Congo e Rei de Bamba – para homenagear São Benedito e São Sebastião. O Ticumbi é uma categoria inventada por Luiz Guilherme Santos Neves, historiador e folclorista capixaba para diferenciar o congo da região do norte do Espírito Santo dos outros congos. Segundo Medeiros (2008), os integrantes do congo e a população remanescente de quilombos do norte do ES, só o tratam por Baile de Congo. O Ticumbi pode ser definido como um folguedo ou dança, sendo composto por um determinado número de integrantes e se realiza em comemoração a São Benedito. A encenação com os seguintes personagens: o rei Congo, o rei Bamba, seus secretários respectivos e o corpo de baile de cada nação, representando os guerreiros. O enredo do auto se desenvolve em torno da disputa entre os dois reis que querem fazer, separadamente, a festa de São Benedito. Os desafios são atrevidos e provocativos, declamados pelos secretários, entretanto dentro da tradicionalidade, as questões tratadas em versos são sempre politicamente atualizadas. No Ticumbi há toda uma indumentária corporal, com roupas brancas, outras verdes e brancas, fitas co-

13- Segundo a tradição dos congozeiros, e posto que São Benedito tenha sido um cozinheiro, ficou sendo o santo da fartura de alimentos. Em razão disso, em festejo de São Benedito não pode faltar alimento, bebida, dança e alegria. Curiosamente não vila não há mendicância, e percebe-se uma redistribuição dos alimentos, principalmente o pescado.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós
Graduação em Geografia UFES
Agosto-Dezembro, 2014
ISSN 2175 -3709

14- *Essa é uma herança das etnias africanas, posto que os adornos de cabeça sejam símbolos de poder.*

15- *Casaca é um instrumento de percussão; trata-se de um reco-reco com cabeça e pescoço, e é originário da África. Foi documentado por Don Pedro II, quando de sua ida a Nova Almeida (ROCHA, 2008).*

16- *O jongo “antigamente” era dançado por homens e mulheres, mas em determinado momento ficou decidido que os homens iriam tocar, enquanto as mulheres dançavam. Foi um acordo, segundo um informante local.*

loridas enviesadas no corpo, as capas dos dois reis tem estampas florais com cores fortes com fundo azul e vermelho. Na cabeça usam como adorno¹⁴, um chapéu enfeitado de flores e fitas multicoloridas, em cores contrastantes e os reis usam uma coroa. Os instrumentos usados são: o violão, sanfona em alguns casos, e muitos pandeiros enfeitados com fitas multicoloridas. Alguns grupos que vem de Conceição da Barra usam uma saia branca rendada, a semelhança com a indumentária do candomblé, e sendo grupos mais tradicionais do Ticumbi, só se admite brincantes negros, todos afrodescendentes. Já os grupos que vem de Vitória, ES, são diferentes em indumentária, organização, cantoria, bailado, e instrumentos rituais. Seus instrumentos básicos são a casaca¹⁵, tambores e chocalho.

No festejo brincante dos Ticumbis de Itaúnas, todo o tom da festa pode ser pintado de cores fortes, vibrante e contagiante. São três dias de festejos com apresentação dos grupos de congo de várias localidades, do Alardo (uma encenação teatral de uma batalha medieval, e pode ser comparado com a carvalhada de Goiás, só que não há cavalos), Reis de Boi e um Jongo dançado só por mulheres¹⁶. Importante ressaltar que toda a comunidade é mobilizada, com exceção de poucos. As várias gerações se reúnem nos festejos. Para os mais antigos devotos é saúde, alegria e contentamento participar dos festejos. É um tempo de releitura e atualização da tradição que traz o tom do pertencimento. Há espaço demarcado para apresentação dos grupos: a tenda de São Benedito e a tenda de São Sebastião, cada uma em frente a sua respectiva igreja, sendo que cada tenda está marca por uma bandeira floral, com a imagem do santo estampada – esse é um geossímbolo que demarca um território como próprio. Há um itinerário percorrido pelos cortejos dos Ticumbis, e dos congos visitantes, assim como pela procissão de São Sebastião.

Embora o ápice desse festejo se realize em apenas três dias, é preciso ressaltar que sua organização se dá durante todo o ano com atividades que vão desde a confecção das indumentárias, os ensaios dos grupos, a confecção dos alimentos (comidas e bebidas específicas) para os ensaios e festejos, as rifas, leilões, novenas, atividades religiosas e lúdicas. O Reis de Boi é outra encenação que ocorre nesse período festivo, e se apresenta como sincrética onde se mistura a festa de Reis, com a festa tradi-

cional brasileira do Boi Bumbá.

As festas religiosas da Vila de Itaúnas não podem ser vistas como folk, um conto mítico, uma simples representação de um culto apenas religioso, engessado numa doutrina católica. Ela é uma Instituição do catolicismo popular, como já dissemos, mas é também um ato político, territorial, uma reafirmação cultural, expressão de uma visão de mundo. Esses festejos, através de suas brincadeiras (pois é assim que todos se referem a eles), recriam e reinterpretam a criação de um mundo que tem sentido para os sujeitos/atores da Vila. Nestes momentos, afirmam e reafirmam a tradição – como práticas sociais recorrentes, e uma forma de lidar com o tempo e o espaço, inserindo marcas rituais sob a forma de atividades ou experiência particular. Este fazer-saber da tradição devocional configura-se fortemente como patrimônio: imaterial (danças, coreografias, ritmo, cantigas, melodias, rezas, benzimentos e seu corpus de saberes) e material (a indumentária das vestimentas, os bordados, os chapéus enfeitado de flores e fitas, as cores, as bandeiras, bebidas, comidas, etc.) da cultura afro-brasileira.

Para além da descrição é preciso perceber o ritual e seus festejos como uma atividade religiosa, de lazer, com configuração socioespacial profundamente política. Política para além da política partidária, política como liberdade de ação no mundo, como defendido por Arendt (2007). Segundo Arendt, a política não é natural dos homens, ela se dá na relação dos homens, em liberdade.

Neste sentido essa manifestação cultural-religiosa e política apresentam-se como forte resistência territorial à imposição do capital como fator desagregador, posto que a territorialidade como ação no mundo, cria um campo de forças, um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários (BONNEMAISON, 2002) que conectam e dão sentido.

Nesta direção, é importante considerar que o Ticumbi acontece a despeito do turismo e do turista. Para este último, ora visto como evento religioso; ora visto como atrativo turístico, neste último caso, mercadoria esvaziada de sentido. Como argumentação, podemos dizer que calendário da vila é construído tendo como parâmetro central os festejos do Ticumbi que iniciam o ano, e não as atividades turísticas, conforme já dissemos, sendo que o restante se encaixa ao calendário.

Veja o quadro que se segue:

QUADRO 1: Calendário das atividades sociais, turismo e festejos no período de 2006-2008.

Atividade	Meses do ano											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Festa de Reis de Boi (alta temporada turismo)												
Festa de São Sebastião e São Benedito (Ticumbi)												
Carnaval (turismo)												
Semana santa (turístico)												
Festival de Forró (turismo alta temporada)												
Defeso do Robalo												
Defeso da Piracema (todos os peixes)												
Natal (Reis de boi)												

Atividades Socioeconômicas: Breve Descrição.

Parte da comunidade do distrito de Itaúnas é extrativista, principalmente aquela que vive nos “sertões”, tendo os fragmentos de Mata Tropical úmida e o mar como a base de sua sobrevivência, segundo Ferreira (op.cit.). Entretanto na Vila, embora a pesca artesanal seja ainda hoje realizada por homens¹⁷ que a regionalizam de acordo com produtividade, técnicas empregadas e espécies encontradas, eles não mais sobrevivem exclusivamente dela. O “sustento”, como diz os comunitários, da maioria das famílias da Vila vem da movimentação turística, seja no aluguel da própria casa, seja do aluguel das muitas “suítes” construídas no quintal das casas, ou ainda no trabalho nas muitas pousadas, bares e restaurantes do lugar, como pedreiro, serviços domésticos e caseiros. Na Vila de Itaúnas, a maioria da comunidade manteve suas propriedades. Podemos dizer, neste aspecto, que muitas casas foram melhoradas para atender ao interesse turístico. Os chamados “puxadinhos”, construídos pelos próprios moradores. Muitas famílias completam seu orçamento também com a Bolsa Família,

e o “salário defeso” que recebem por três meses (de novembro a fevereiro), além do esporádico na colheita de café e outras na região do norte do estado.

Na fala dos comunitários mais antigos, o processo que produziu o pesar e perda da Vila “antiga” impulsionou o turismo e “desenvolveu” a Vila “nova”. A paisagem composta pelo rio Itaúnas e seu alagado, as dunas e as praias. Este cenário exótico e bucólico compõe atualmente uma paisagem que atrai principalmente jovens solteiros e jovens casais com suas famílias, que tem na Vila uma segunda residência de veraneio.

O fenômeno ‘Turismo’ vem sendo incrementado desde os anos 80, com grande alavanca a partir dos anos 90. Os primeiros visitantes vieram de São Paulo e Minas Gerais e abriram as primeiras pousadas e estabelecimentos comerciais, embora ainda timidamente. Na década de 1990, a Vila sofreu forte invasão de turismo desordenado que somente veio a ser refreado pela implantação do PEI, que compôs com a sociedade local, entre comunitários e comerciantes locais, e comerciantes não-locais, certo ordenamento do lugar. Atualmente a Vila tem recebido também turistas estrangeiros, principalmente europeus da Itália, Alemanha,

17- Na pesca as mulheres participam da puxada de rede. Esta prática de colaboração está dentro da rede de afetos e reciprocidade e é denominada “Piem” descrito em Xavier (2009).

Inglaterra, Iugoslávia, Eslovênia, como foi constatado no trabalho de campo (XAVIER, 2009 - pesquisa empreendida de 2006-2008). No ano de 2006 alguns italianos compraram propriedades na Vila, construíram e entraram como competidores no ramo comercial de pousadas, bares, uma boate, e também uma sorveteria. Uma grande casa de propriedade de uma família de italianos foi construída na parte leste da Vila, e o estilo da residência destoa de todo o conjunto arquitetônico local. A paisagem da Vila está em plena mudança em razão destas interferências. O forró é o principal atrativo turístico da Vila, se colocando acima da praia. Prova disso é o festival de forró que acontece na Vila no mês de julho, mês de chuva e frio, para além do modelo turístico consolidado como sol e mar, que já acontece há mais de dez anos. Tempo necessário para que qualquer lugar se consolide como atrativo turístico. Na década de 1980 era possível dançar forró em Itaúnas em qualquer data, e principalmente nas festas e fins de semana. Isso porque, como já dito, o forró, como parte do cotidiano e das práticas de lazer, acontecia de maneira espontânea. Atualmente, conforme a data de visitaçao, o turista corre o risco de ir até a Vila e sair de lá sem dançar forró, uma vez que, apropriado pelo turismo, tornou-se mercadoria para consumo turístico e como tal vive as oscilações obedecendo à regra da sazonalidade turística. Nessa direção, existem na Vila dois forrós oficiais: o Bar Forró (o mais antigo), e o Forró Buraco do Tatu. E, ainda há um estabelecimento comercial tipo “boate” na Vila, que não deu certo, e reabriu suas portas como “forró” no verão 2008. Há também muitos bares pequenos onde se ouve Reggae, MPB, samba e suas variações, inclusive com música ao vivo, em épocas de sazonalidade turística.

À Guisa de Conclusão

O turismo, enquanto fenômeno social e ciência em processo de construção, não pode ser limitado a uma única definição. Limitar o olhar sobre essa atividade a aspectos negativos, como atividade geradora de impactos; e positivos, enquanto atividade geradora de renda, sem estabelecer parâmetros críticos e dialéticos é delegar ao turismo uma responsabilidade que ele, por si só, não tem. Isso porque, outro aspecto que compõe sua complexidade diz

respeito ao fato de que turismo se faz com parcerias entre poderes, públicos e privados. O turismo tem sido frequentemente usado pelos poderes públicos como aporte ao desenvolvimento. No entanto, quando implantado à revelia e submetido às regras do capital, ao invés de diminuir as desigualdades sociais, ele costuma agravá-las. Nesse sentido, é mais sensato pensar sobre os efeitos gerados pelo turismo do que nos seus impactos, cuja palavra remete a questões negativas. Isso porque, tratando-se de uma atividade contraditória, ora gera impactos destruindo paisagens e agravando as desigualdades sociais; ora gera benefícios, gerando possibilidades de renda e melhoria de condições de vida nos lugares onde ele se realiza.

No nosso caso, na Vila de Itaúnas, é possível perceber esse movimento contraditório gerado pelo turismo. Se de um lado ele, o turismo, é responsável pela transformação da vida cotidiana da Vila, alterando suas rotinas e atividades de trabalho e lazer; de outro, essa mudança vem permeada de aspectos positivos e negativos. Por tudo o que já apresentamos sobre capitalismo enquanto sistema de mercado estabelecido é possível dizer, que não é provável que todos saiam ganhando da mesma maneira. Entretanto, os arranjos produtivos de base comunitária na gestão do turismo podem ser considerados modelos de gestão de resistência ao modelo de turismo hegemônico, cuja lógica é a ocupação da terra no litoral a partir da expulsão da população residente para construção de grandes hotéis financiados pelo capital financeiro internacional. Isso porque, os arranjos produtivos de base comunitária existem no bojo das ações comunitárias onde há sentido de pertencimento ao lugar como desdobramento de uma ação política. Na medida em que há autonomia da comunidade sobre as decisões relacionadas às ações que deverão ser tomadas diante da implantação do turismo enquanto atividade econômica. Essas ações passam pela manutenção da renda da terra em que os interesses coletivos são mantidos acima dos interesses individuais. De tal maneira que o turismo, enquanto atividade econômica, possa se realizar sob a égide do desenvolvimento e da melhoria de condições de vida. Não de maneira igualitária, posto que o capitalismo produz desigualdade; mas de maneira possível, como resistência.

Podemos dizer que, em Itaúnas, existe uma organização política, como já elucidamos acima, da comunidade, no que diz

respeito aos preparativos relacionados aos festejos religiosos, e que esta comunidade se constitui em configurações em rede - territórios rede, posto que exista uma rede de solidariedades que sustenta e faz com que os festejos religiosos sejam (re)produzidos rigorosamente anualmente, numa tradição sempre renovada. Com, ou sem a colaboração e apoio da igreja e/ou prefeitura, seja na logística dos deslocamentos dos membros dos congos, jongos, ou reis de boi convidados, seja da organização local e seus desdobramentos em estadia, alimentação, confecção de indumentárias, ensaios, manutenção de instrumental, etc.

Este fato já demonstra um nível socioespacial organizacional de relevo, que não pode ser desprezado, pois aponta no que diz respeito aos festejos religiosos, a forte coesão social, produzida no processo de expressão territorial da fé religiosa. Por isso podemos concluir que a fé não está desvinculada da questão política, ou ainda, dos lazeres, os quais, na qualidade do forró, fazem parte de um todo, do modus vivendi local, posto que se configure como um capital social do grupo, se contrapondo ao capital lucro, do qual nos fala Luxemburg (1985). De outro lado, na Vila de Itaúnas, no processo de turistificação, houve por grande parte da comunidade a manutenção da terra e de suas propriedades, e isso demonstra a economia natural de Luxemburg (op.cit). E como desdobramento dessa autonomia houve na vila algumas melhorias na condição de vida, expressas pela melhoria das casas e atividades econômicas locais envolvendo o turismo. Contraditoriamente, não po-

demos afirmar que exista participação da comunidade efetiva no que diz respeito à organização do turismo da mesma maneira que acontece em relação aos festejos religiosos. No entanto, podemos afirmar que os elementos que conformam a comunidade estão postos na vila, uma vez que o Ticumbi se revela na pesquisa de Xavier (2009) enquanto uma Instituição Social, com expressão territorial e política a partir das redes de solidariedades (redes de afetos), que apresenta forte capital simbólico de coesão. É preciso considerar que os arranjos produtivos de base comunitária são, sobretudo, resultado de um processo histórico que envolve a formação da comunidade e suas bases políticas. As experiências no Nordeste brasileiro sobre os arranjos produtivos de base comunitária, quase em sua maioria, apresentam o início desses arranjos, como resistência ao turismo imposto pelo capital, enquanto atividade econômica. As experiências indicam que a ação quase sempre passa por uma luta pela manutenção da terra - território, e como desdobramento disso, pela gestão do turismo imposto.

No tocante as políticas públicas, é preciso dizer que atribuir às políticas públicas como solução para um problema resultante de um processo maior, que pensamos como sendo parte da expansão da produção e reprodução do capital em escala ampliada, é reduzir e simplificar a questão. Sobretudo porque essa questão inclui um debate maior sobre o papel do estado no sistema de mercado, mas, dado o limite do artigo e foco, encaminhamos essa questão para ser discutida em outro trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Isidoro Maria da Silva. *O carnaval devoto: um estudo sobre a Festa de Nazaré em Belém*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ARENDRT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CÔRREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84-91.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CÔRREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.83-131
- BRASIL, DECRETO 6.048 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6048.htm
Acesso em dezembro de 2009.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. Festa da Irmandade da Boa Morte: a disputa pelo seu sentido. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 249 – 278.
- CORRIOLANO, Luzia Neide M. T. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: Eduece, 2009.
- _____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: MINISTERIO DO TURISMO; Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, BURSZTYN, Davis Gruber (Orgs.). *Turismo de Base Comunitaria: diversidade e olhares e experiências brasileiras*. 2010.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografias do Turismo: de lugares e pseudo-lugares*. São Paulo: Rocca, 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos, NOGARA, Paulo J. *Nosso lugar virou parque: um estudo socioambiental do Saco do Mamanguá, Parati- Rio de Janeiro*. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999, 165 p.
- DI MÉO, Guy. *La géographie en fêtes*. Paris : OPHRYS, 2001.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FERREIRA, Simone R. Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2002.
- _____. *Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES*. Tese do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- GABARRA, Larissa. *Congado: religião e poder em Minas Gerais século XIX*. Artigo completo Anais Simpósio de História. Santa Catarina, 2007.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Edições Loyola: São Paulo, 2004.
- _____. *A condição pós-moderna*. 14ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005. p.185-289.
- JOGAIB, Alexandre de Oliveira. *A (re) produção territorial do Espírito Santo: do século XVI a XXI*. Monografia apresentada ao Deptº de Geografia, Inst. de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. 81p.
- LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice Mencarini. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

- _____. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LUCINDA, Elisa. *Eu te amo e suas estréias*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LUXEMBURG, Rosa. *Introdução à economia política*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1969.
- _____. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARQUARD, Odo. Una pequeña filosofia de la fiesta. In: SCHULTZ, Uwe. *La fiesta*. Barcelona/ Madrid: Altaya, 1998, p.356-367.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosófico*. 2ª reimpressão. Boitempo Editorial: São Paulo, 2008.
- MEDEIROS, Rogério. O Ticumbi rebelde das mulheres. *Seculário diário*. Edição de 12 a 13 de março de 2005, Vitória- ES. Disponível em:
<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/marco/12_13/reportagens/reportagens/12_03_01.asp> Acesso em 07 de set. 2008.
- PEI- Parque Estadual Itaúnas. *Diagnóstico Institucional do PEI: Plano de Integração com o entorno do Parque Estadual Itaúnas*, ES. Dezembro de 2006.
- ROCHA, Levy. *Reis Magos ou Nova Almeida. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* (em português). 3ª ed. ed. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008. p. 164. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf. Acesso em 19 de setembro, 2013.
- ROSENDAHL, Zeny. Espaço, política e religião. In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. *Religião, indetidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 9-38.
- SANTOS, Telma Bittencourt Bassetti. *Turismo e Campesinato: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR*. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. Contradições do turismo na sociedade de consumo. In: PELEGRINI, Sandra; NAGABE, Fabiane e PINHEIRO, Áurea da Paz (Orgs.). *Turismo & Patrimônio em tempos de globalização*. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010. p.161-189.
- XAVIER, Maria A. de Sá. *Ticumbi e arte de curar na comunidade da Vila de Itaúnas, Conceição da Barra, ES, como expressões de espacialidades _2008*. Tese do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.
- _____. Homens, deuses e santos no ritual da festa: religiosidade do Ticumbi e arte de curar como expressões de territorialidades da cultura afro-brasileira na Vila de Itaúnas, ES. In: SILVA, E.A. da; RODRIGUES, C.E..(orgs). *Formação de professores no Vale do Mucuri: história e cultura da África e afro-brasileira*. Goiânia: Ed. Conceito, 2012. p. 131-140.